

Capítulo III

inquirindo conceitos

Jozimar Paes de Almeida

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALMEIDA, JP. Inquirindo conceitos. In: *Errante no campo da razão: o inédito na história; contribuição para um estudo de história e ecologia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, pp. 33-50. ISBN 978-85-99662-70-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO III

INQUIRINDO CONCEITOS

Precisamos descobrir que pensar o real é a aventura mais difícil de todas. E navegar entre mutilação e confusão, entre esclerose e desvio, entre racionalização e irracionalidade, e contra razão/loucura

Edgar Morin

Breve histórico da institucionalização da racionalidade moderna

A famigerada racionalidade que aflige a sociedade contemporânea, impondo supostos preceitos universais e inquestionáveis, os quais fundam, enquanto instrumentos conceituais, a ciência moderna, é fruto de um processo histórico.

Localizando-a em uma rápida passagem no tempo e no espaço, nota-se que ela emergia na Europa nos movimentos de destruição do Antigo Regime. A razão combatia uma sociedade caracterizada pelo poder político na forma de monarquia absolutista, uma organização social em estamentos e relações comerciais mercantilistas embasadas no sistema colonial moderno.

Este processo colaborava na formação de uma outra sociedade, caracterizada por classes sociais, constituída sob o signo da propriedade privada e da mão de obra expropriada de seus meios de subsistência, por isso livre e dominada pela burguesia em todos os seus aspectos.

Não se trata aqui de aprofundar o estudo deste processo transformador, mas simplesmente de visualizá-lo como um movimento ocorrido especialmente na Europa Ocidental e que afetou o planeta como um todo. Mesmo colocando-se o eurocentrismo à parte, o que se constata é que, com esse processo, o modo de produção capitalista tomou-se hegemônico em nível mundial.

Os primórdios de construção da ciência moderna começavam a se esboçar no século XVI com a Renascença, neste momento o homem passava a tomar o seu lugar no mundo e a ocupar um espaço bem no seu centro.

No século XVII com o cartesianismo postula-se que ao conhecer-se a força e a ação dos elementos que nos cercam “poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim, tomar-nos como que senhores e possuidores da natureza”¹. É desta forma que o mundo como natureza exterior toma-se espaço de domínio humano.

Com o Iluminismo no século XVIII aprofundou-se e estabeleceu-se de vez o domínio de uma razão, definindo predominantemente a atuação da ciência e que concebe a natureza como um recurso infinito à ser explorado².

A marca de uma instrumentalização da natureza, pela utilização da racionalidade técnica, está profundamente inscrita na ciência decorrente desta trama histórica. Ela traz em seu bojo a idéia

¹ DESCARTES, René - Discurso do método, p. 71.

² VESENTINI, José William - Geografia, natureza e sociedade, p. 76.

burguesa de progresso³ e de desenvolvimento.

A ciência moderna realiza uma ruptura na relação homem-natureza, “desantropomorfizando” a natureza e concomitantemente “desnaturalizando” o homem. A partir de um movimento unívoco, a ciência cinde em elementos dicotômicos e constroem a partir disso um gigantesco aparato intelectual, resultando em um controle e numa instrumentalização da natureza objetivando auferir benefícios determinados pelo próprio homem.

O ser dominador que escreve com sua práxis na natureza, que apresenta uma direção ao processo de progresso e desenvolvimento por estar necessariamente inserido num contexto histórico, não é um homem abstrato, mas corporifica-se na burguesia portadora do espírito do capitalismo.

A burguesia utilizar-se-á de sua soberania sobre a natureza, monitorada pela ciência, explorando-a intensivamente, desenvolvendo as forças produtivas como jamais ocorrera na História. Além disso, por intermédio desta concepção de natureza subjugada, trata-se de dissimular-se a constituição das relações sociais^{4 e 5}.

A espoliação da natureza e dos expropriados dos meios de produção, surge no sistema capitalista como natural, isto é, legitimada por um entendimento que denota uma atividade inquestionável. Ela designaria a certeza absoluta de que as relações humanas entre si e com a matéria bruta, ou biomassa energética, é correta e a única possível.

A racionalidade instrumental e a concepção de natureza perpetrada na ciência moderna, são produtos culturais e científicos que aparentemente desvencilharam-se de seu criador, a burguesia, e agora dão o tom universal em uma operação ideológica na qual o intérprete apenas canta a música, não composta por ele.

Estes produtos parecem ter uma conotação de entidades abstratas, supra-históricas, neutras por excelência, exercendo um poder supremo sobre a organização e a estrutura social. No entanto eles funcionam como um manto encobridor de uma ferida aberta e infeccionada.

Para se desencorajar o questionamento dessa racionalidade - autoridade, pretende-se tomar como loucura qualquer indagação que a ela possa ser feita. Na verdade, trata-se do desvendamento desse processo de dominação, que instaura as regras do jogo e desautoriza qualquer crítica a seus fundamentos. Ao se questionar a ciência instituída socialmente, estar-se-á simultaneamente inquirindo a sociedade que a instituiu.

Cumprido desmistificar este processo de racionalidade na ciência moderna, que ao dominar a natureza considerada inerte, gratuita e útil, também se domina o homem pelo trabalho e pela maquinaria⁶. Este processo esmaga e transforma o homem em mercadoria nas engrenagens ritmadas pela velocidade do capital, saqueando-o de suas possibilidades autônomas de existência, transformando-o em um autômato na vida.

A instrumentalização desses elementos constituidores do sistema produtivo da sociedade industrial, abrange substancialmente a sociedade capitalista, mas contaminando também a dita sociedade socialista, por esta última se vincular à lógica do trabalho e ao êxito da razão e da máquina⁷.

E obrigação do historiador desmistificar este processo pela crítica, para que com a

³ ROSTOW, W. W. - Etapas do desenvolvimento econômico, p. 34.

⁴ SANTOS, Boaventura de Souza - Introdução a uma ciência pós-moderna, p. 65-66.

⁵ MARCUSE, Herbert - A ideologia da sociedade industrial, p. 160.

⁶ Idem - Op. Cit. p. 154.

⁷ MATOS, Olgária C. F. - Os arcanos do inteiramente outro, p. 130.

compreensão da intriga a falsidade não se estabeleça. Sua estratégia de entendimento está visceralmente ligada ao olhar sobre o mundo e sobre os povos estrangeiros⁸.

Parábola do lobo

Levo no alforje um prisma singular, transparente, de geometria irregular, mutante, meu instrumento de Orientação. Nunca ele me indica a certeza, e a cada momento que o utilizo mostra-me uma transformação constante do mundo no qual estou, é uma permanência da inconstância, a cada instante vivido. E de fugazes encontros com outros andarilhos, o prisma se transforma apresentando-me através dele outras dimensões do mundo.

O olhar é o instrumento prismático, decodificador cultural e individual de leitura do mundo e de seus eventos, sua ação e os elementos interpretados ou visualizados serão analisados, julgados e sentenciados nas catedrais da ciência.

Em cerimônias rituais ouvem-se vozes na atmosfera elocubrando fórmulas mágicas, exigindo submissão e integração deste olhar a um conjunto de métodos sujeito às mesmas regras, proferidos por um corpo de sacerdotes que se protege e se diferencia pelo exercício do mesmo. O que não representa que deixaram de ser científicos⁹, mas seu processo de elaboração ocorre sob a rubrica castradora da construção de caminhos alternativos. O fato é que Narciso acha feio, o que não é espelho.

Os lobos quando se rebelam contra o líder são expulsos da alcatéia levando consigo o vírus da rebeldia. Vagam em seguida, solitários e perigosamente por territórios alheios, suas existências constituem um risco para o espírito da alcatéia. Apresentam em si o estigma da insubmissão e da contestação, podendo “contaminar” outros. Por isso serão achincalhados onde forem, até que se submetam em vassalagem de outro líder, ou construam a sua própria alcatéia, sendo dela líder por sua vez. Ou até que por um ato inesperado contestem a própria estrutura hierárquica, destituindo o poder do Ícone; ou finalmente que morram tentando. Daí vem a expressão “é fácil chutar cachorro morto”, mas também covardia, pois suas presas não podem mais te ferir.

Princípios críticos do processo do conhecimento

Os princípios críticos do processo do conhecimento possibilitam o desvendamento de uma racionalidade instrumental que se propõe neutra e praticante de um olhar analítico, desvinculada dos valores culturais dos sujeitos observadores. O eu do autor contextualizado historicamente compõe a sua observação e criação, no entanto parcial e relativa^{10 e 11}.

Os valores pelos quais a sociedade burguesa imprime sua insígnia, estão associados ao sentido do caminho pré-estabelecido a ser percorrido. Assim, a referência de uma determinada racionalidade, toma-se uma finalidade superior a ser conquistada: cada passo dado nesta direção adquire valor positivo, pois seria uma etapa galgada para a consecução do objetivo¹².

Como para mim a História é o território da criação, o sentido a ser trilhado com a utilização da ciência e da técnica é construído por setores dirigentes de uma sociedade. São eles que se apresentam como neutros e universais¹³. Em um primeiro momento de minha reflexão nota-se que

⁸ VEYNE, Paul - Como se Escreve a História, p. 126 e 239.

⁹ CERTEAU, Michel de - A escrita da História, p. 73.

¹⁰ MORIN, Edgar - Ciência com consciência, p. 36.

¹¹ BOOKCHIN, Murray - El anarquismo en la sociedad de consumo, p. 13.

¹² MOSCOVICI, Serge - A máquina de fazer deuses, p. 368

¹³ CASTORIADIS, Cornelius e COHN-BENDIT, Daniel - Da ecologia a autonomia, p. 13.

os mesmos aparentam ter uma importante contribuição na subjugação do meio ambiente e do homem sobre o homem. Contudo, olhando mais profundamente percebe-se que são meros produtos históricos instrumentalizados por uma classe dominante. O papel da ideologia é ocultar este artifício utilizado para se chegar a um fim determinado¹⁴.

A sociedade industrial tecnológica é um sistema de dominação. Seus membros, a partir do nível de cultura intelectual e material e defendendo interesses que lhes são específicos, elaboram e realizam a seleção de opções de organização da existência social.

As opções selecionadas vêm ao encontro majoritariamente aos objetivos dos setores dominantes, descartando alternativas que lhes seriam prejudiciais. Estes setores justificam suas atividades por intermédio de um plano único, emudecedor de outros e congregando as várias dimensões sociais sob o aspecto da racionalidade tecnológica tomada política¹⁵.

As escolhas tecnológicas são primordialmente opções políticas, que atendem hegemonicamente interesses dos setores dirigentes, para a resolução de seus problemas, de aumentar a concentração de poder e de renda¹⁶, ¹⁷ e ¹⁸, pela maximização da produtividade e do capital, no enfrentamento da contestação dos trabalhadores¹⁹, usufruindo intensivamente do meio ambiente.

Com o poder da gestão do capital nas mãos, a classe burguesa fornece condições materiais favoráveis para contemplar a realização de pesquisas que lhe interesse. Laboratórios, máquinas, equipamentos, mão-de-obra especializada serão utilizadas para seu próprio proveito, na divulgação, controle e aplicação dos resultados alcançados²⁰.

Dilemas da Tecnologia

Na sociedade industrial, os produtos criados pela técnica caracterizam-se por afirmar uma racionalidade instrumental dos meios e dos fins. Eles implantam hegemonicamente relações mecânicas na sociedade, substitutivas de vínculos de amizade e companheirismo, componentes formadores da teia social.

O projeto tecnocrático de sociedade impõe aos indivíduos, que vivam de acordo com critérios planejados pela classe dirigente. São esses critérios que decidem sobre os espaços públicos: jardins, ruas, estradas, transportes, mercados. São esses espaços transformaram-se agora em obstáculos que devem ser ultrapassados o mais rapidamente possível, pois constituem um tempo-dinheiro desperdiçados que poderiam estar sendo utilizados pelo sistema.

As ruas passaram a ser espaços que devem ser transpostos o mais rapidamente possível, deixando de ser o espaço da fruição, do passeio a pé, do encontro inesperado, do “bate - papo” informal, dos flertes e do aconchego, atos de significações emocionais pelo sentimento de integração social às tradições culturais de um bairro ou de uma cidade.

É a decorrência de uma invasão antes já consumada no local de trabalho, onde o trabalhador exerce sua função sob uma disciplina e uma fiscalização rígida. Aí o tempo de atividade é aferido pela quantidade de peças produzidas. Suas necessidades fisiológicas, conversas entre amigos,

¹⁴ PH. Roqueplo - "Oito teses sobre o significado da ciência", p. 151.

¹⁵ MARCUSE, Herbert - A ideologia da sociedade industrial, p. 19.

¹⁶ LAGO, Antonio e PADUA, José Augusto - O que é ecologia, p. 62.

¹⁷ GORZ, André - Adeus ao proletariado, p. 155.

¹⁸ RATTNER, Henrique - Tecnologia e sociedade, p. 162.

¹⁹ GORZ, André - "O despotismo da fábrica e suas conseqüências", p. 83.

²⁰ DIEGUES, Antonio Carlos - A interdisciplinariedade na análise das questões ambientais, p. 8.

deslocamentos na área de serviço e de tempo das refeições são computadas como prejuízo para a empresa, pelo tempo em que ocorre ausência da produção de peças.

A razão instrumental por calcular matematicamente quantidades, desqualifica a qualidade degradando-a. Ela ridiculariza as distinções dos seres e suas relações, transforma em objetos pobres de significação os fenômenos a que dá sentido²¹.

A vida com seus laços de solidariedade, ócio, contemplação, amor, brincadeiras, angústia e dor, tomada, em suma, como local de autonomia, é desqualificada no cômputo da instrumentalidade.

Assalto este mais abissal e evidente é realizado pela bio-indústria que efetua a utilização da genética para a fabricação de seres em cadeia, objetivando um rendimento máximo do capital empregado, pela velocidade, peso e quantidade dos seres “produzidos”.

Animais são selecionados, padronizados, imobilizados em cubículos, engordados com hormônios, reproduzidos artificialmente para que sejam abatidos em menor tempo. Os vegetais passam por um processo semelhante e ambos os reinos da natureza perdem suas defesas às doenças, ficam frágeis em condições de mudança climática repentina, necessitam de cuidados constantes com nutrientes, vacinas e biocidas²².

A crença nesta racionalidade vigente promove a extinção de espécies vegetais e animais, destruindo a rica diversidade e multiplicidade de seres existentes. Ela faz desaparecer florestas, mangues, rios, montanhas aproveitando-os somente como recursos no processo da produção industrial²³.

Contra esta agressividade técnico-social, poder-se-ia adotar como princípio o respeito aos ciclos ecológicos, utilizando-se mais freqüentemente da energia e dos recursos renováveis, poupando ao máximo os recursos não renováveis. Isso ocorreria privilegiando-se a produção de produtos que sejam: duráveis, de baixo consumo de energia em sua produção e funcionamento, de fácil manipulação e conserto, recicláveis e, por último, quando finalmente destruídos capazes de ser absorvidos pelo meio ambiente.

Esta nova forma de utilização técnico-social, estaria encarnada num processo produtivo radicalmente novo, seja na forma da organização pela participação equitativa, descentralizada e desalienante dos próprios produtores, como na diminuição da dimensão das unidades de produção²⁴.

Irrompendo Contestações

A racionalidade capitalista que vê o mundo de uma folha reducionista e instrumentalizadora, elaborando segundo suas referências de valor o que seja progresso e desenvolvimento, só começa a ser fortemente contestada no mundo ocidental a partir da segunda metade do século XX.

Nos países desenvolvidos as décadas que antecedem esta guinada, durante e após a segunda guerra mundial, foram marcadas pela aplicação do princípio de desenvolvimento econômico como um objetivo político²⁵. Ele consolidou-se nas décadas de 60 e 70 provocando um intenso crescimento econômico, definido nas sociedades industriais e tecnológicas, como desenvolvimento.

²¹ SANTOS, Boaventura de Souza - "Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna", p. 58.

²² GRAZIANO NETO, Francisco - Questão agrária e ecologia, p. 87.

²³ DUQUE, Félix - Filosofia de la técnica de la naturaleza, p. II.

²⁴ BACZKO, Malgorzata e outros - Techniques Douces, Habitat et Société, p. 13.

²⁵ ARNDT, Heinz Wolfgang - Economic Development- The History of an Idea, p. 2.

Naquele momento irrompeu naquele espaço uma profunda crise social, política e cultural. Os pressupostos defendidos segundo os quais com o crescimento material milhões de seres humanos passariam a ter uma melhora significativa de sua condição de vida, bem como as desigualdades entre os países seriam sanadas, demonstraram ser falsas.

O aumento do bem-estar material concentrou-se na mão de alguns poucos privilegiados, detentores do poder político-econômico²⁶, gerando neles profundas carências afetivas. E a miséria da riqueza. Por outro lado, multidões foram privadas de condições básicas para sobreviver, o que gerou instabilidade política e social, somente reprimidas pelo servil aparato policial do Estado^{27 e 28}.

No entanto, esta crítica surtiu um efeito atenuador, freando o veloz crescimento econômico, mas permanecendo intocado a sua matriz ideológica de cunho materialista, vista como o único centro possível da História²⁹.

Crescimento econômico e das desigualdades

Como poder-se-ia diminuir as desigualdades pelo crescimento, se ele próprio a representa?³⁰ O crescimento em potência de consumo de matéria e energia por parte de uma minoria abastada, localizada majoritariamente nos países industriais, ampliou-se consideravelmente neste século, desfrutando privilegiadamente dos recursos planetários e da humanidade em geral, em quantidade e velocidade exponenciais. Esses poucos passaram a viver como deuses³¹.

Existem diversas significações dentro e entre os países do que seja pobre. Por exemplo, costuma-se aferir o grau de riqueza das pessoas pela capacidade destas em possuir objetos materiais, estes podem mostrar em escala crescente o que seja considerado abastado.

A escala hierárquica crescente de tais bens pode ser esta: fogão, geladeira, rádio, televisão, carro, casa. Tal escala pode ainda ser acrescida segundo a quantidade desses objetos possuídos, o seu modelo, o seu ano de fabricação, a sua sofisticação tecnológica. Estes requisitos remetem ao seu possuidor um status social, um poder aquisitivo que o distingue de outros pelas condições de conseguir adquirir mercadorias neste grande shopping planetário.

Os habitantes dos países industrializados, que se concentram em sua grande maioria no hemisfério norte, possuem vários destes bens materiais, mas isso não os qualifica como ricos no interior de seus países, pois existe uma minoria que detém elevadas fortunas, podendo esbanjá-las em mercadorias de altíssimo valor monetário, tais como: jatos, iates, ilhas paradisíacas.

Contudo, o indivíduo considerado pobre destes países industrializados, seria considerado rico ao ser comparado com a grande maioria dos habitantes de um país que não se encontre no mesmo estágio de industrialização. A miséria em alguns países é tamanha que quem come duas refeições diárias, pode ser considerado rico³².

O crescimento do poder das elites, do lucro das empresas, do poder armamentista do Estado, em detrimento da vida de milhões de seres, devastados pelo saque, pela opressão, pela fome e pelo

²⁶ NOGUEIRA, Jorge Madeira - "Estratégias de desenvolvimento e meio ambiente", p. 71.

²⁷ MORIN, Edgar - Para sair do século XX, p. 71-72.

²⁸ RATTNER, Henrique - Tecnologia e Sociedade, p. 50.

²⁹ VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Hector R. - "Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo", p. 169.

³⁰ DUPUY, Jean Pierre - Introdução à crítica da ecologia política, p. 30.

³¹ DURNING, Alan B. - "Acabando com a Pobreza", p. 173.

³² GORZ, André - Ecologie et politique, p. 65.

frio; a estagnação deste crescimento por si só, não representaria a reversão deste processo, mas sim a sua continuidade nos mesmo patamares de desigualdade social em que está funcionando atualmente^{33 e 34}.

O crescimento econômico foi entendido neste contexto como sinônimo de progresso. Os países da Europa ocidental e América do Norte, construíam o seu espaço de justiça, democracia e liberdade entendendo a liberdade apenas como as condições que o indivíduo consumidor teria de poder escolher entre as várias opções de bens que se encontram disponíveis no mercado³⁵. Se houvesse uma retração na oferta destes bens sua liberdade estaria ameaçada, no entanto com o aumento dos bens econômicos a justiça poderia se fazer presente para as classes mais desfavorecidas, recebendo elas também o seu quinhão³⁶ e nações atrasadas transforma-se-iam em tranqüila democracias representativas³⁷.

Se os países atrasados tivessem condições de copiar *ipsis literis* o roteiro percorrido pelos países avançados, estaria demonstrada a continuidade de um mecanismo de poder pelo qual as elites daqueles países realizaram o seu domínio sobre o meio ambiente e sobre uma multidão de pessoas exploradas³⁸ e muitas à míngua. Isso, sem contar a espoliação de outros países por intermédio de transações financeiras e comerciais.

Pretender universalizar os padrões de consumo suntuário de uma minoria abastada que vive nos países altamente industrializados, para a grande maioria da população mundial, constitui-se num dos desdobramentos do mito do progresso³⁹.

Esta pretensão é impossível de ser realizada, primeiramente porque não existem recursos naturais suficientes de suportar tamanha intensidade e velocidade de produção e poluição, degradação e absorção dos detritos decorrentes da mesma. Em segundo lugar, porque este acúmulo de bens materiais realizado só foi possível com a equivalente distribuição da miséria para a grande massa da população⁴⁰.

A inserção do Brasil

Este processo dominante ocorre também no Brasil, onde nas últimas três décadas o chamado processo de desenvolvimento também foi implementado como exemplo pode se apontar a agricultura. Neste período houve uma intensa concentração fundiária, expulsando do campo para a cidade uma volumosa população, proletarizando-a na indústria. No contexto agrícola o meio ambiente foi se tomando rápida e fortemente degradado⁴¹.

Isso ocorreu devido o cultivo intensivo de solos agrícolas mais ricos, que eram tradicionalmente utilizados para produzirem alimentos, agora transformados em monoculturas praticadas por agroindústrias, que degradam os nutrientes do solo pelo constante plantio de uma única espécie vegetal. Isso provoca a necessidade de que o solo seja recomposto com grandes quantidades de fertilizantes químicos e controle da disseminação de pragas com biocidas, poluindo

³³ GARAUDY, Roger - Ainda é Tempo de Viver, p. 21.

³⁴ NOGUEIRA, Jorge Madeira - Op. Cit. p. 71.

³⁵ FROMM, Eric - Anatomia da Destrutividade Humana, p. 578.

³⁶ PELT, Jean-Marie - A Natureza Reencontrada, p. 45-46.

³⁷ HEWLET, Sylvia Ann - Dilemas do desenvolvimento - o Brasil do século XX, p. 15.

³⁸ SACHS, Ignacy - Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento, p. 23.

³⁹ FURTADO, Celso - O mito do desenvolvimento econômico, p. 16.

⁴⁰ Idem - Op. Cit. p. 75.

⁴¹ MIRANDA, Evaristo Eduardo "Avaliação de impacto sobre desenvolvimento rural", p. 1.

mortalmente o meio ambiente⁴².

Quanto à cidade, houve conseqüentemente uma expansão rápida e descontrolada da malha urbana, gerando problemas estruturais de moradia, saneamento básico, saúde, educação e transporte. O sistema produtivo como mecanismo esmagador das condições de vida apresenta uma criminalidade sócio-econômica, trazendo a reboque a violência dos espoliados⁴³. “Ao longo dos últimos trinta anos, aumentou significativamente a concentração de renda no Brasil. Em 1989, os 5% mais ricos detinham 38,5% da renda, enquanto os 40% mais pobres detinham 7,2% da renda.”⁴⁴

Este dado estatístico expressa claramente os efeitos do modelo de desenvolvimento adotado pela ditadura militar brasileira, que com um golpe de Estado em 1964, tomou de assalto o governo e as instituições brasileiras.

Com a política de progresso e desenvolvimento a todo custo, essa modalidade de governo centralizadora, imprime ao país uma forte tendência de industrialização pesada, propiciando a entrada de capitais externos e de empresas multinacionais. A era do milagre brasileiro expõe suas seqüelas: intensa concentração de renda, altíssima taxa de mortalidade infantil, desnutrição, analfabetismo, cassação dos direitos civis e intensa degradação do meio ambiente.

No início dos anos 70, o movimento ambientalista brasileiro começa a se articular nas brechas da ditadura. Num primeiro momento, nós temos um movimento que resiste e repudia a ação realizada na arena política, devido a falsidade e a corrupção que se tomaram uma constante nesta área poluída. Ele assume, portanto, uma posição clara, denunciando também à sociedade os crimes ecológicos. Nesta ocasião, em 1971, é que ocorreu, por exemplo a fundação da Associação Gaúcha de Proteção do Meio Ambiente Natural (AGAPAN), que se mobilizou contra a poluição do rio Guaíba em Porto Alegre.

Enquanto em 1972 ocorria o congresso da ONU sobre o meio ambiente humano, em Estocolmo, o governo da ditadura militar publicava nos jornais e revistas dos Estados Unidos e Europa uma propaganda que conclamava aos empresários destes países:

“Venha nos poluir”. No entanto devido às pressões internacionais o governo brasileiro começa a adotar uma postura que aliviasse a fama de espoliador ambiental, criando, em nível federal, a Secretaria Especial do Meio Ambiente em 1973 e outras práticas de intervenção, que serão transmitidas e analisadas no capítulo IV, item 2 deste livro.

Com a redemocratização do país nos primórdios da década de 80, o processo de abertura política, possibilita uma visualização mais profunda da problemática ambiental. Agora a crítica reconhece claramente os agentes degradadores com seus interesses, a saber: econômico, social e político, vinculados ao modelo de desenvolvimento. Ocorre no movimento ambientalista uma ampliação progressiva no que se refere a quantidade de membros e qualidade das reivindicações. Inicia-se uma politização, ainda que tímida, mas já realizando uma vinculação entre os problemas ecológicos e a forma de poder instituído na sociedade.

Em 1982 por ocasião das eleições, alguns deputados defendem propostas ecológicas, estes se localizam mais nos Estados do sul e no sudeste, e nos partidos de oposição - PT, PDT e PMDB.

Em 1984 os grupos ecológicos envolvem-se na arena política na campanha presidencial das diretas já. Os ecologistas travam neste momento discussões nos mais valiosos setores da sociedade:

⁴² GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - Política estadual do meio ambiente e dos recursos naturais, p. 6.

⁴³ HEWLET, Sylvia Ann - Op. Cit p. 37.

⁴⁴ Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Subsídios técnicos para elaboração do relatório nacional do Brasil para a conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, p. 129.

sindicatos, universidades, movimentos dos sem terra e associações de moradores. Enfim, eles se articulam e ampliam as entidades ecológicas e a quantidade de seus simpatizantes.

Apesar dos grupos ecológicos terem até muitos filiados, poucos são os que se dedicam às suas lutas em tempo integral, pois a maioria dos participantes têm que trabalhar para sobreviver. Apesar disso, o movimento ecológico consegue, com suas denúncias, ocupar espaço nos principais órgãos da imprensa nacional e internacional obrigando, pelo menos momentaneamente, as instituições estatais encarregadas da fiscalização do meio ambiente a coibirem abusos ecológicos.

Fruto dessa mobilização ecológica e ao mesmo tempo política funda-se, em 1986 no Rio de Janeiro, o Partido Verde, congregando nos seus quadros ex-exilados políticos, artistas, intelectuais e militantes de entidades ambientalistas. Estes participantes receberam fortes influências do Partido Verde da República Federal da Alemanha (Die Grunen - Os Verdes), criado em 1978.

Por ocasião da constituinte que redundaria na constituição promulgada em 1988, montou-se uma frente parlamentar no congresso nacional, denominada Frente Verde. Esta, conseguiu um feito representativo para a proteção do meio ambiente, estabelecendo na constituição um capítulo normatizador da problemática ambiental.

A perspectiva ecológica política questiona vários postulados da ideologia do crescimento econômico: o crescimento econômico exponencial e eterno, a sustentação em longos períodos de exportação de recursos naturais em troca de importação de estilo de vida urbano-industrial, o acúmulo máximo de mercadorias, a concentração urbana, a crença no progresso, na tecnologia e na ciência subjulgando, absolutamente o meio ambiente e a homogeneização do consumo das elites dos países altamente industrializados para a massa da população planetária⁴⁵.

Valor como conceito referencial

Progresso e desenvolvimento são conceitos referenciais, expressões de valores sociais propagados pela classe burguesa, a qual ao saquear o meio ambiente o faz mediante interesses de utilidade, (critério este variável segundo o contexto histórico), julgando-se no direito de destruir todos os elementos que não lhe sirvam⁴⁶.

O valor de uso de um elemento é resultado de uma apropriação do meio ambiente pelo trabalho definido pela construção cultural da sociedade em que ele está incorporado. No sistema capitalista, tal produto passará por uma transformação de seu valor inicial, elaborada pelo mercado que lhe impinge características sociais de troca.

Está em causa na problemática ambiental o fundamento de valor de um bem: pelo trabalho dispêndido para sua confecção, pela raridade em que se encontra no, meio ambiente e pela determinação econômica do mercado. E com esses fatores em questionamento que a economia irá realizar cálculos de lucros e prejuízos, sobre o imponderável funcionamento do ecossistema?

Qual é o valor de uso ou de troca da camada de ozônio, do degelo glacial, da sujeira dos oceanos, de um pássaro comendo insetos⁴⁷, do derradeiro boto cor de rosa e da liberdade de autogerir a vida na busca da felicidade?

A dificuldade em quantificar a destruição dos fluxos ecossistêmicos da biomassa energética, a perda dos patrimônios: histórico, paisagístico, genético e as mudanças nos modos de vida; solapam as bases de sustentação do mercado capitalista. Nele os economistas desconsideram

⁴⁵ SUNKEL, Osvaldo y GLIGO, Nicolo (Selección) - Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina, p. 62.

⁴⁶ DORST, Jean - La Nature Dé-Naturée, p. 187.

⁴⁷ DIEREN, Wouter Van and HUMMELINCK. , Marius G. W. - Nature's price - the economics of mother earth, p. 85.

qualquer cálculo de valor de alguma coisa que não possa ser quantificável⁴⁸.

Os economistas aferem o valor através do cômputo de unidades físicas. Como a soma de unidades em matemática é infinita, os pressupostos do crescimento do valor estão aí alicerçados. No entanto a dimensão física que incorpora as utilidades de valor está impossibilitada de crescer ilimitadamente⁴⁹.

Esta incongruência se manifesta mais explicitamente nos cálculos de benefício-custo, que se encontram impotentes quando utilizados para quantificar impactos ambientais ocorridos por força de atividades do aparato produtivo⁵⁰.

Mas nem por isso deixam de ocorrer elaborações de técnicas metodológicas, numa tentativa de estabelecer uma valoração peculiar da dinâmica de funcionamento do ecossistema:

- Determinação Direta do preço de mercado para alguns bens e serviços, como por exemplo o valor de captura de peixes, crustáceos e moluscos de um estuário, o valor dos ingressos num parque, etc.

- Determinação Indireta pelo preço sombra ("Shadowprice"), que se aplica para o que os economistas clássicos chama de 'externalidades' ou 'recursos/bens comuns'.

Estes custos podem ser determinados:

A) Pelo custo oportunidade, calculando-se o valor que seria gasto se esses serviços ambientais estivessem disponíveis, por exemplo a capacidade depuradora das águas, a função de berçário de um estuário.

B) Pelos custos de restauração, técnica que usa os custos de restauração da perda das funções ambientais como medida de valor dessas funções. Por exemplo, os custos existentes para se recompor uma floresta degradada seria a expressão do volume dos recursos necessários para se manter a condição original;

C) Pelos custos de compensação que existiriam se determinadas funções ambientais não estivessem disponíveis e fosse necessário substituí-las por bens e serviços artificiais. Certos ecossistemas, como os de pântanos são purificadores de água e sua eliminação levaria ao estabelecimento de processos artificiais de tratamento, com custos bastante elevados;

D) Pela 'propensão à pagar' por determinados bens e serviços (praia limpa, água pura, paisagem intocada), que pode ser auferida através de entrevistas com usuários.⁵¹

A elaboração destes cálculos de custo são resultantes de um intenso esforço, tentando abarcar da melhor forma possível a complexidade da questão. De certa forma seria interessante que estes cálculos sobre os impactos ambientais, comumente utilizados, avançassem também na área que trata da própria condição de vida. Por exemplo: as empresas automobilísticas pagariam uma parcela das contusões advindas dos atropelamentos e desastres; as companhias tabagistas e alcoólicas assumiriam um quantum das despesas ligados aos problemas de doenças e traumas sociais resultantes destes fatores; as empresas de mídia por serem responsáveis pela "midiocrização" seriam então obrigadas a contribuir em projetos educacionais que auxiliassem a formação de um pensamento crítico.

Em resumo a espoliação do ser humano provocada pelas relações sociais de produção,

⁴⁸ BUARQUE, Cristovam - A desordem do progresso, p. 129.

⁴⁹ DALY, Herman - A Economia do Século XXI, p. 19.

⁵⁰ BUARQUE, Cristovam - A desordem do progresso, p. 116.

⁵¹ DIEGUES, Antonio Carlos S. - "Desenvolvimento Sustentado, Gerenciamento Geoambiental e o de Recursos Naturais", p. 37.

teriam que ser contabilizadas como empobrecimento das condições de vida. Acredito que no balanço final do sistema o déficit seria monumental, levando-o a uma falência absoluta e irrestrita.

No entanto, isso não acontece pois as despesas são distribuídas sob a forma de miséria na classe dos despossuídos dos meios de produção, enquanto que os lucros se acumulam na classe minoritária, por ser ela pequena em quantidade numérica de indivíduos, mas dominadora na classe dos proprietários dos meios de produção.

Com as reivindicações crescentes de parte de amplos setores da sociedade acerca de uma proteção ambiental e de uma melhor condição de vida, ocorreu uma diminuição do lucro por parte de setores empresariais altamente comprometidos em atividades poluidoras.

Não demorou muito para que esses empresários entendessem esses desdobramentos e iniciassem uma reação. O objetivo, como sempre, é o de transformar o ambiente em uma fonte de lucros. Aproveitaram-se pois dos próprios problemas gerados no sistema de produção e começaram a produzir, através de uma suposta tecnologia ambiental, aparelhos antipoluição. A mesma indústria que produz mecanismos poluidores, começou paradoxalmente, a criar artefatos despoluidores, fechando-se o ciclo de um grande negócio. A grife verde conquistou um amplo e generoso mercado consumidor, com a oferta de produtos degradáveis e recicláveis, enriquecendo setores industriais que dele se aproveitam⁵².

A estratégia de se aproveitar da própria contraprodutividade do sistema para auferir proveitos ampliou o seu raio de ação. O enriquecimento e o controle artificial do solo com o pacote agroquímico, empobrece-o devido a sua aplicação. Alimentos oriundos deste meio desnutrem; a medicina instrumental nos adoce; a informação massificada imbeciliza, a polícia nos mantém como reféns, a política de representação da população, toma-se autocracia dos representantes⁵³.

Com a visão proporcionada pela Ecologia, com os fluxos de matéria e energia no ecossistema, permitindo uma homeostase nos ciclos elementares da vida, percebe-se que a produção destrói mais do que é capaz de produzir, devastando irreversivelmente recursos e sistemas ambientais.

Os cálculos clássicos e neo-clássicos a respeito da criação do valor, estão enraizados no trabalho empregado na produção e na dinâmica do mercado.

Quanto aos clássicos, têm desde Adam Smith apontado que o crescimento da riqueza de uma nação depende da produtividade do trabalho, passando por Ricardo que identifica no tempo de trabalho a medida do valor, e aprimorando-se em Marx, para quem o valor é uma substância social histórica, realizada de acordo com as condições médias vigentes da técnica, habilidade do operário e intensidade do esforço na realização da tarefa produtiva. Para ele o valor trabalho é diferente do valor força de trabalho.

No caso da economia neo-clássica, exemplifico com Keynes, segundo, o que o livre comércio e os mercados livres, através de sua dinâmica, é que fundamentam o valor.

Em todos os aspectos destas abordagens há um desprezo, por exemplo, com relação ao papel desempenhado por um rio, ou um pássaro na biosfera ou até mesmo na atividade da horta doméstica como desenvolvimento econômico. Com a horta pode se elevar substancialmente o nível de nutrição e também possibilitar ao seu produtor o conhecimento e a interação telúrica; esta produção autônoma não é aferida ou avaliada⁵⁴.

Os proventos acumulados no sistema de produção industrial são oriundos da exploração do

⁵² PADUA, José Augusto e LAGO, Antônio - "A natureza das propostas alternativas", p. 18.

⁵³ SIMMONET, Dominique - O ecologismo, p. 48.

⁵⁴ DUPUY, Jean Pierre - Introdução à crítica da ecologia política, p. 34.

trabalho dos despossuídos e dos recursos ambientais do planeta. Milhões de anos transcorreram na formação dos fluxos eco sistêmicos e homeostáticos e dos recursos como o petróleo ou minerais que agora são queimados ou dissolvidos em poucas dezenas de anos.

Quais seriam os valores para se equacionar este desperdício da condição de vida de nossa geração e das futuras? De que forma nossos herdeiros irão nos agradecer pelo espólio de radioatividade e contaminação deixados?⁵⁵.

As tentativas no sentido de estabelecer um controle da poluição ambiental por parte dos órgãos governamentais do mundo inteiro envolve um aumento nos custos de produção das empresas ou setores públicos, decorrentes da ampliação das necessidades de mitigação dos efeitos poluidores.⁵⁶

O meio ambiente para ser explorado grátis e vilipendiado, começa a deixar de sê-lo. Uma dessas tentativas corresponde ao estabelecimento da cobrança de uma taxa de poluição, filha dos pressupostos do jogo de mercado por considerar que o direito de poluir e destruir possa ser adquirido, é claro, por quem tem condições para isso. Anúncios publicitários poderão veicular futuramente: comprem o direito de destruir!

Por melhor que seja realizado o controle sobre a poluição, com uma fiscalização constante e eficiente, com os valores das taxas acompanhando os valores da inflação e do crescimento econômico, dificilmente se terá um conhecimento exato da eficiência dessas taxas na diminuição da degradação ambiental. Isso acontecerá por não se saber exatamente quais são as formas adotadas pelas empresas para minimizar os efeitos dos poluentes e em quanto isto estará incidindo em seus custos⁵⁷. Por enquanto, este controle é uma das alternativas mais apropriadas, para que não ocorra um agravamento maior da degradação ambiental.

Neste momento, mais do que nunca, é importante realizar uma reflexão interdisciplinar, considerando-se que esta gama de fenômenos de relações entre sociedade e meio ambiente, constitui-se em um campo inédito no conhecimento a ser desbravado. Por serem diversas as dimensões desta inter-relação, ou seja, histórica, ecológica e cultural, tem-se que tentar compreender esta dinâmica em sua integralidade⁵⁸, objetivando entender os fluxos que identificam o ritmo do movimento.

Destino histórico: a morte da aventura da vida

Para o historiador, faz-se necessário lançar frágeis fios de sustentação sobre o monumental abismo do desconhecido, despojar-se do enorme peso da arrogante certeza e tomar-se leve para não comprometer a arriscada travessia do acaso.

Vou caminhar por onde não há caminhos, atravessar clandestinamente fronteiras, descansar do sol escaldante na sombra de meu discurso, secar o suor do meu rosto no vento da incerteza, refrescar meu corpo extenuado nas torrentes da cachoeira, aquecer-me extasiadamente nas línguas de fogo, somente pelo caminhar. E por isso que vou.

Tremo de medo por saber que os moinhos agora são nucleares. E sob o sol escarlate o esquálido Rocinante se volatiliza por megatons energéticos. Cabe entrar na lida, portando, a pulsão da vida e da morte. Eros e Tânatos unidos pelo inesperado instante, dois perpétuos gladiadores fundidos num só corpo, em uma contenda eterna da História.

⁵⁵ TIEZZI, Enzo - Tempos históricos, tempos biológicos, p. 170.

⁵⁶ MOREIRA, Iara Verocai Dias - "Avaliação de impacto ambiental - AIA", p. 7.

⁵⁷ CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli - Meio ambiente e políticas públicas. a atuação da FEEMA no controle da poluição industrial, p. 24.

⁵⁸ SUNKEL, Osvaldo - La dimensión ambiental en los estilos de desarrollo de América Latina, p. 13.

Sob o horizonte pode-se divisar um amontoado de ruínas, escombros, cinzas, sangue e sujeira. Como diante de uma catástrofe devastadora Tanatos canta vitória, sua música é o progresso. Neste momento a potência da História é dominada por um perigo aterrador que visa sua anulação:

Talvez uma das formas mais extraordinárias pela qual a ideologia neutraliza o perigo da história esteja em uma imagem que costumamos considerar como sendo a própria história ou a “essência” da história: a noção de progresso. Contrariamente ao que poderíamos pensar, essa noção tem em sua base o pressuposto de um desdobramento temporal de algo que já existiria desde o início como germe ou larva, de tal modo que a história não é transformação e criação, mas explicitação de algo idêntico que vai apenas crescendo com o correr do tempo.

Outra noção que também visa escamotear a história sob a aparência de assumi-la é a noção de desenvolvimento.

Nesta pressupõe-se um ponto fixo, idêntico e perfeito, que é o ponto terminal de alguma realidade e ao qual ela deverá chegar normativamente. O progresso colocando a larva, e o desenvolvimento, colocando a “boa forma” final, retiram da história aquilo que a constitui como história, isto é, o inédito e a criação necessária de seu próprio tempo e telos.

Colocando antes do processo (o germe) ou depois do processo (o desenvolvido), a ideologia tem sérios compromissos com os autoritarismos, uma vez que a história de uma sociedade passa a ser regida por algo que ela deve realizar a qualquer preço. Passa-se da história ao destino⁵⁹.

A visão de progresso e de desenvolvimento como constituidores da potência histórica não é neutra. Ela tem um sentido etnocêntrico ocidental⁶⁰, estando enraizada nos primórdios através de um entendimento de unidade da História universal, periodizada linearmente com uma imagem de caminhada progressiva do homem, resultante da concepção judaico-cristã da História⁶¹.

Esta idéia recebeu um impulso decisivo tomando-se hegemônica a partir do Iluminismo, quando através de uma determinada razão subsidiada pelo próprio espírito do capitalismo funda a civilização industrial. No primeiro momento, esta idéia postulava a satisfação das necessidades materiais e espirituais, firmando uma clara cisão entre o homem e o meio ambiente^{62 e 63}.

O progresso está embasado em uma noção cumulativa linear, pressupondo um crescimento quantitativo e um melhoramento qualitativo como se não pudesse existir dissociação entre esses dois fatores⁶⁴. Quando se considera que se está caminhando no sentido de um objetivo melhor, significa que ele assim o foi julgado por uma escala referencial de valores do magistrado.

Precisa-se contextualizar este árbitro, pois seus valores estão contidos em um momento determinado da História⁶⁵, em que a burguesia emerge, se expande e domina o planeta, disseminando a idéia de crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas, como o principal objetivo da vida humana⁶⁶.

O juiz representa normas sociais fundadas em valores etnocêntricos, inquestionáveis por pressuposição da auto-existência de seu poder de direito. Progresso e desenvolvimento surgem

⁵⁹ CHAUI, Marilena - Cultura e democracia, p. 29-30.

⁶⁰ NISBET, Robert - História da idéia de progresso, p. 285.

⁶¹ PAPAIOANNOU, Kostas - La consécration de l'histoire, p. 67.

⁶² SCHWARTZ, Eugene S. - Cambios sociales, recursos y tecnologia, p. 51.

⁶³ GLACKEN, Clarence J. - "O homem contra a natureza: um conceito desatualizado", p. 132.

⁶⁴ MORIN, Edgar - Ciência com consciência, p. 48.

⁶⁵ NOGUEIRA, Jorge Madeira - Op. Cit. p. 70.

⁶⁶ CASTORIADIS, Cornelius - As encruzilhadas do labirinto, p. 144.

assim, como possuidores de valores positivos, como se a própria noção de positividade não comportasse também valores.

O Ocidente representado atualmente pelos países fortemente industrializados se auto-nomeia civilizado e desenvolvido em oposição às sociedades bárbaras e atrasadas, assim considerado pelo fato de as mesmas não terem percorrido o mesmo processo histórico no qual se encontra e por não terem crescido materialmente e adotado seu espírito e estilo devida. Em suma, não eram seu reflexo por uma incapacidade própria de ultrapassagem das barreiras ao progresso e ao desenvolvimento⁶⁷.

Pela aceitação dessas noções como inerentes a qualquer sociedade, fica-se surdo perante os gritos de alerta de povos de cultura milenares, que se encontram empobrecidos, subjugados, alienados, depauperados ambientalmente, endividados financeiramente perante uma condição de dependência externa⁶⁸.

A colonização se realizou também no território das idéias, sendo assimiladas sem críticas por intelectuais de renome⁶⁹ que aceitaram passivamente essas terminologias-conceituais⁷⁰. E assim, foi como suas sociedades passaram a aceitar totalmente as normas do crescimento econômico, pretendendo reproduzir o sistema sócio-econômico avançado incorporando seus valores e hierarquizando culturas⁷¹. O vencido é completamente derrotado quando se vê atrasado, fraco, feio, ignorante e perde mais ainda no torneio por aceitar as regras confeccionadas pelos dominantes: é a submissão absoluta.

Este trajeto colonizador moderno não foi pacífico.

Baseou-se em conquistas através do chumbo, da escravidão, do saque ao meio ambiente e da disseminação dos ideais do colonizador. Configura-se contemporaneamente em ebulição uma outra dominação moderna. Ela se baseia na criação de instrumental técnico pela racionalidade hegemônica vigente da bioindústria, da informação, da telemática, da engenharia genética. Caracteriza-se por uma perseguição permanente para o domínio e controle do homem, do tempo, do espaço e dos recursos que compõem as relações sociais de produção e do modo de vida.

Deve-se contestar a legitimação de uma noção pretensamente universal e totalizante de um determinado desenvolvimento e progresso, já que as experiências e necessidades das sociedades são diversas devido às múltiplas culturas existentes^{72 e 73}.

Os historiadores devem em parte à antropologia pelo respeito à pluralidade das experiências culturais dos diversos povos, o início do questionamento de uma concepção linear do desenvolvimento histórico⁷⁴. Eles estão registrando como uma característica principal deste século a renúncia à esta crença⁷⁵.

Redefinindo o progresso

A noção de progresso linear e irreversível deve ser redefinida pela complexidade que carrega em si; pois se progredir significa ordem, organização, o que ocorre predominantemente no universo é a regressão como fator determinante pela desordem, pela desorganização, pela agitação,

⁶⁷ Idem, Op. Cit. p. 140-141.

⁶⁸ ABDALLA, Mario Arrieta - "Política y ecología en las formaciones económico-sociales americanas", p. 76.

⁶⁹ PRADO JÚNIOR, Caio - História e Desenvolvimento, p. 15-16.

⁷⁰ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983, p. 279.

⁷¹ BUARQUE, Cristovam - A Desordem do Progresso, p. 50-51.

⁷² GARAUDY, Roger - Ainda é tempo de viver, p. 184.

⁷³ PERROUX, François - A filosofia do novo desenvolvimento, p. 18.

⁷⁴ BURGUIERE, André - "A antropologia histórica", p. 150.

⁷⁵ NISBET, Robert - História da idéia de progresso, p. 321.

pela dispersão, e pela degradação - entrópica crescente da energia⁷⁶.

O progresso é uma face do devir, este conjuga vida e morte de indivíduos, de espécies, de planetas, de sóis, de galáxias, enfim do cosmos. “O progresso das certezas científicas produz, pois um progresso da incerteza.”⁷⁷

Esta redefinição do progresso envolve uma aceitação na existência humana de fenômenos aleatórios que fazem parte do cotidiano humano, ao mesmo tempo em que valoriza os fundamentos funcionais dos fluxos da biomassa energética e busca representar como progresso o sentido de acréscimos de felicidade⁷⁸.

A redefinição do próprio conceito de progresso e de desenvolvimento e sua aplicação na sociedade, implica necessariamente na transformação da sociedade que o criou. Esta não é uma concepção abstrata e geral, mas sim concreta e historicamente determinada, convulsionada por classes em conflito para decidir o sentido da História.

Este conflito não elimina perspectivas dominadas do estabelecimento de uma outra sociedade reelaborando os significados de desenvolvimento e progresso. Ela poderia ser viabilizada através da eliminação da monumental opressão social e da natureza e além da possibilidade de se realizar em áreas onde os recursos naturais se tomem livres e comuns e que possam, ainda, atender as necessidades de subsistência da população.

Em regiões devastadas uma tecnologia incorporada à cultura local poderia reconstituir o potencial perdido e as populações autogestionarem diretamente as atividades produtivas, controlando o seu ritmo e direção. O trabalho teria condições de deixar de ser opressivo transmutando-se em prazer⁷⁹.

Estas possibilidades abertas, apesar de serem de difícil instauração podem permitir à população o exercício da democracia direta enquanto forma de poder direcionador da sociedade. Fatalmente ocorreria aí uma reelaboração das relações de produção e suas técnicas.

Ivan Illich posiciona-se pela construção de uma convivialidade na sociedade, o que significaria a passagem de ferramentas dominantes para ferramentas conviviais e eficazes, representando uma modificação na essência dos instrumentos que os homens utilizam constantemente nas relações sociais e com o meio. Ela substituiria valores técnicos e materializados por valores éticos e realizados, constituindo-se, nas relações de produção, a espontaneidade e liberdade individual, destruindo a produtividade industrial⁸⁰.

Estratégias alternativas do desenvolvimento

Existem também perspectivas a respeito do estabelecimento de um desenvolvimento sustentado ou eco-desenvolvimento, o qual deveria conjugar, sem degradar, o homem e suas relações de produção no meio ambiente e se encontra fundamentada em vários fatores.

Na necessidade de uma participação ativa, direta e horizontal das populações no planejamento, na pesquisa, na decisão e na aplicação das atividades produtivas nas regiões onde vivem. Com objetivo de produzir auto-sustentadamente, respeitando e mantendo o equilíbrio dos fluxos do ecossistema. Se houver condições até de expandir as forças produtivas do meio ambiente,

⁷⁶ MORIN, Edgar - Ciência com consciência, p. 48.

⁷⁷ Idem - Op. Cit. , p. 31.

⁷⁸ LUTZENBERGER, José - Gaia - o planeta vivo, p. 13.

⁷⁹ MARCUSE, Herbert - A ideologia da sociedade industrial, p. 61-62.

⁸⁰ ILLICH, Ivan - La convivialité, p. 28.

reciclando os resíduos, poupando recursos naturais não-renováveis, utilizando-se de técnicas alternativas não degradantes.

Os produtos deverão atender às satisfações das necessidades básicas das populações locais e produtoras tais como, saúde, habitação, alimentação e transporte; devendo-se evitar os padrões consumistas das sociedades industrializadas.

Na elaboração destes produtos deve-se otimizar o dispêndio de energia e de capital, utilizar mão de obra, integrar diferentes atividades produtivas. deve-se adaptá-las às culturas locais aproveitando o conhecimento por elas criado e fazer com que as produções rurais estejam vinculadas a economia nacional eliminando-se os intermediários.

Em suma, a gestão da produção neste processo de eco desenvolvimento, deve ser autônoma e descentralizada, respeitando as diversidades ecológicas e culturais das populações locais^{81, 82 e 83}.

Em vista dessas abordagens já expostas, apresenta-se também considerações sobre a temática apresentadas sob a forma de relatório, de abrangência mundial denominado Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

Reproduzo aqui algumas passagens deste relatório para efetuar comentários que venham ao encontro das formulações que realizo no decorrer de meu trabalho. Nelas, procuro constatar e esclarecer posicionamentos críticos já adotados quanto à problemática em foco.

Este relatório, Nosso Futuro Comum, não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento.⁸⁴ (grifo meu)

Adota-se claramente a postura de se incentivar um crescimento econômico, visto essencialmente como uma tábua de salvação para as mazelas que atingem o mundo, não existindo portanto a menor análise crítica sobre como ocorre e o que representou até o momento para o homem e o ambiente esse afamado crescimento, sinônimo para alguns ecologistas de exploração, desigualdade e destruição.

Com uma inegável audácia tal relatório constrói um termo composto capaz de dar conta do futuro, como um senhor absoluto do destino:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades⁸⁵.

Quais serão as necessidades das gerações futuras? Uma sustentabilidade que representasse um equilíbrio constante nos fluxos de biomassa energética não duraria perpetuamente devido à entropia.

Desenvolvimento sustentável enquanto conceito que pretende estabelecer uma outra relação de produção, para solucionar os dilemas sócio-ambientais de nosso tempo, tem sido objeto de varias interpretações e formulações por leitores e autores, constituindo-se um espaço aberto de pesquisa

⁸¹ SACHS, Iguacy - "O meio ambiente humano", p. 396.

⁸² SACHS, Iguacy - Ecodesenvolvimento crescer sem destruir, p. 107.

⁸³ DIEGUES, Antonio Carlos - "Planejamento e gerenciamento costeiro - alguns aspectos metodológicos", p. 12-14.

⁸⁴ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso futuro comum, p. 1.

⁸⁵ Idem - Op. Cit. p. 46.

para os interessados.

Contento-me em localizar no relatório alguns pontos que considero cruciais para o transcorrer deste trabalho, quando o próprio relatório expõe:

As necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar⁸⁶.

Nota-se que, desta forma, o próprio relatório produziu o seu valor considerado essencial o crescimento econômico. Qual cultura e qual sociedade determina essa necessidade de crescimento econômico? Os autores do relatório não estariam envoltos por estes valores, reproduzindo-os sem uma perspectiva crítica?

Percebe-se, no entanto, uma sensibilidade por parte do relatório em relação ao entendimento que em países “em desenvolvimento” não estão ocorrendo a satisfação das necessidades básicas, um dos objetivos do desenvolvimento, além de atender as aspirações humanas.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas, alimento, roupas, habitação, emprego não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente uma melhor qualidade de vida.

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas.⁸⁷ (grifo meu)

Referenda-se uma vez mais a fórmula do crescimento econômico como a solução para o problema. Estudos da antropologia contribuem neste aspecto ao desvendar que sociedades indígenas que não vivem sob o signo do crescimento econômico têm as suas necessidades básicas satisfeitas⁸⁸.

Focalizo nesta análise uma dimensão perversa, uma máscara do capitalismo, na qual, majoritariamente, é entendido este desenvolvimento sustentável. Isto não significa necessariamente fazer vista grossa à potencialidade de crítica e de alternativa de sociedade que existe no conteúdo conceitual daquele documento. Por isso, sugiro sob outras leituras, um sentido diferente para tal conceito: transformações profundas nas técnicas e nas relações e formas de produzir, com menor dispêndio de energia; utilização de produtos duráveis e biodegradáveis; proteção aos recursos naturais e, enfim, por último, mas não em importância: participação direta e autônoma da população na gestão da produção.

Em países altamente industrializados considerados desenvolvidos, produzem-se necessidades cada vez maiores para se aumentar o consumo de energia e de mercadorias. Qual seria o limite de contenção dessa fúria de consumo ilimitado, ou será que ela não deveria ser contida, já que faz parte das aspirações humanas, um dos objetivos do desenvolvimento?

A sociedade de consumo cria constantemente novas necessidades. Estaremos sempre babando atrás dessa suculenta e inacessível cenoura puxando a carroça, ou diremos como a raposa: “as uvas estão verdes?”

Como e por que é criado o valor da importância da uva e da cenoura (mercadorias)? Quem a

⁸⁶ Ibidem - Op. Cit. p. 47.

⁸⁷ Ibidem - Op. Cit. pp. 46-47

⁸⁸ Clastres, Pierre - A sociedade contra o Estado, Passim.

elas tem acesso e por quê? Haveria recursos naturais suficientes se toda a população da terra pudesse realizar as aspirações de consumo das sociedades altamente industrializadas? A continuação do funcionamento de mecanismos que permitem tal opulência nestas sociedades não é o mesmo que possibilita a miséria de três quartos da população terrestre?

Espero que esta análise que pretende expor as relações dos homens entre si, integrados no meio ambiente, possa contribuir de uma forma mesmo que modesta de refletir sobre o que se pensa sabido. Para que se permita continuar ininterruptamente na atividade dialética de sujeito e objeto da razão.